

Área Temática: Política de Negócios e Economia de Empresas

Arranjos produtivos locais e suas influências no desenvolvimento da economia regional.

AUTORES

VANDRE ALEX DA SILVA

Universidade Norte do Paraná

vandreas@ig.com.br

CLÁUDIO LUIZ CHIUSOLI

claudio.chiusoli@unopar.br

JOSÉ CARLOS ROGEL

Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

jose.rogel@unopar.br

FABIANO PALHARES GALÃO

Universidade Norte do Paraná

fabiano.galao@unopar.br

DEMEURE ADOLFO MENEZES PESSOA

Centro de Ensino Superior de Rondonópolis

demeurepessoa@hotmail.com

RESUMO

Diante do quadro de mudanças contínuas no cenário contemporâneo, as organizações devem sempre agir localmente, pensando globalmente, pois muito longe dessa ser uma frase de efeito, em verdade, é o retrato pleno da realidade. Esta nova tendência econômica, entre outros fatores, faz com que as empresas adotem uma postura diferenciada frente aos novos desafios existentes. Com isso, começa se acentuar um fenômeno econômico que já há algum tempo vem se solidificando, a formação de aglomerados de empresas em uma determinada região, sejam elas do mesmo ramo ou fornecedoras das já existentes, como caminho alternativo na busca da vantagem competitiva. Tal fenômeno econômico delinea uma nova geografia econômica de desenvolvimento, pois a partir do momento em que ocorre esta coesão corporativa, cujo propósito basilar é a busca da vantagem competitiva, mesmo sendo formada por empresas concorrentes e ao mesmo tempo parceiras, fatalmente haverá a promoção e desenvolvimento da região em que está inserido este arranjo corporativo, também conhecido como *cluster*, ou aglomerado de empresas, ou ainda, em uma terminologia à brasileira, arranjos produtivos locais. O artigo possui o escopo de demonstrar o papel dos *clusters* no desenvolvimento econômico regional mediante a cooperação dos atores na cadeia produtiva.

Palavras-chaves: arranjo produtivo local, cluster, economia regional

ABSTRACT

Due the continuous changes in the contemporary scenery, the organizations should always act locally, thinking globally, and this sentence is not an only effect sentence, truly, is the scenery of the reality. This new economical tendency, among other factors, does with that companies adopt a posture differentiated front to the new existent challenges. Therefore, it begins accentuates an economical phenomenon that there is already some time comes solidifying, the formation of agglomerates of companies in a certain area, be them of the same branch or suppliers of the already existent, as alternative road in the search of the competitive advantage. Such an economical phenomenon delineates a new economical geography of development, because starting from the moment in that this corporate cohesion, whose basic purpose is the search of the advantage competitive, same happens being formed by competitive companies and at the same time partners, unfortunately there will be the promotion and development of the area in that this corporate arrangement is inserted, also known as cluster, or agglomerate of companies, or still, in a terminology to the Brazilian, local productive arrangements. The article possesses the mark of demonstrating the paper of the clusters in the regional economical development by the actors' cooperation in the productive chain.

Key-words: local productive arrangements, cluster, regional economy.

1 Introdução

O tema a respeito do desenvolvimento econômico nunca esteve tão em evidência como nos dias atuais e, principalmente, os aspectos geográficos desse desenvolvimento. Com a globalização, o fator localidade pareceu passar para um segundo plano na escala de importância dos estudos econômicos, entretanto, esta preocupação começa, aos poucos, ocupar novamente espaço respeitável no meio tanto acadêmico quanto no não acadêmico da economia, sobretudo, quando o assunto abordado são os *clusters* ou arranjos produtivos.

A busca por vantagens competitivas, tais quais, diminuição dos custos de produção e de transação, domínio de mercado e, principalmente, a inovação constante como forma de se expurgar o fantasma da obsolescência produtiva e do produto, fomenta cada vez mais o sucesso dos aglomerados empresariais existentes e, paralelo a isso, instiga a aparição de novos outros.

Mesmo que as empresas incutidas em um *cluster* se comportem ora como parceiras ora como concorrentes, as vantagens emergentes deste fenômeno são efetivas, vez que ocorre, veementemente a promoção da economia regional, tanto por conta das empresas que professam a mesma linha produtiva, quanto daquelas que desenvolvem o papel de fornecimento de insumos.

No Brasil, o termo *cluster* recebeu uma roupagem “tupiniquim”, tendo sido concebido à luz da denominação de arranjos produtivos locais (APL's), os quais, com efeito, estão recebendo atenção especial por parte das entidades governamentais, pois são considerados, como fatores indispensáveis à alavancagem econômica da localidade na qual estão albergados.

Apesar de não ser o único mecanismo de desenvolvimento de uma economia regional, os *clusters*, desempenham papel essencial na consecução dessa meta, mesmo porque são várias as pesquisas que consubstanciam tal informação, verificando que onde existem arranjos produtivos dessa natureza, o desenvolvimento se faz predominantemente presente. Com isso,

o presente trabalho pretende traçar um rápido estudo a respeito dos aglomerados corporativos como fonte de desenvolvimento da região em que estão inseridos.

Para tanto, faz-se necessário abordar, inauguralmente, a temática a respeito do desenvolvimento regional e a geografia econômica para se delimitar sua abrangência e importância, para, em uma segunda instância, consignar o assunto propriamente sobre os *clusters*.

2 Problema de Pesquisa e Objetivos

O presente artigo tem como problema de pesquisa o seguinte: quais são as influências dos arranjos produtivos locais no desenvolvimento da economia regional?

Além disso, o presente artigo tem como objetivo geral identificar as principais contribuições dos arranjos produtivos locais no desenvolvimento da economia regional. Com respeito aos objetivos específicos, são assim delineados:

- a) realizar um breve estudo sobre geografia econômica e desenvolvimento regional;
- b) abordar sucintamente acerca dos aglomerados e suas terminologias e;
- c) efetuar uma correlação entre a existência dos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento da economia regional.

3 Revisão da Literatura e Análise dos Resultados

3.1 O Desenvolvimento Regional e a Geografia Econômica

3.1.1 Regiões ¹

Para que haja uma melhor coesão na compreensão da lógica do papel dos clusters no desenvolvimento da economia regional, perfaz-se necessário realizar um estudo, ainda que breve, sobre desenvolvimento regional e geografia econômica. Dessa maneira, ao delimitar o conceito de região, Richardson (1975), leva em consideração a questão do que se constitui uma região e de como uma economia nacional pode ser subdividida em um sistema de regiões, logo um pré-requisito essencial para a análise dos fenômenos econômicos regionais. A análise da economia regional pode apresentar ambigüidades, pois, ao se fazerem estudos de uma parte reduzida do território, devem-se levar em consideração os problemas e limitações que poderão ocorrer.²

Qualquer massa considerável de terra pode ser organizada em um sistema hierárquico de regiões de diferentes tamanhos, no qual cada região de determinada ordem pode englobar certo número de regiões menores de ordem imediatamente inferior. Pode-se dividir um país em porções territoriais menores, as unidades federativas (no caso do Brasil) em regiões com

¹ Item desenvolvido com base em Richardson(1975).

² Uma saída utilizada por muitos pesquisadores consiste em analisar os dados oriundos da divisão política adotada pelas instituições oficiais de governo, aquelas pré-definidas pelas esferas administrativas, pelo motivo de já se encontrarem pré-definidas e também pela aceitação ampla, dados do IBGE, dos Ministérios e dos Órgãos e Secretarias de apoio. Entretanto, como ressalta Richardson (1975) se o pesquisador tiver seu interesse concentrado na pesquisa empírica, ele pode não ter escolha, pois os dados só são disponíveis em relação às regiões reconhecidas oficialmente.

idades pólo, regiões metropolitanas, entre outros, sempre dependendo do escopo do trabalho de pesquisa a ser realizado. Há três abordagens principais que consistem em: regiões uniformes ou homogêneas³; regiões nodais e regiões de programação e planejamento.

A concepção da região uniforme ou como área natural homogênea se baseia na idéia de que unidades espaciais separadas podem ser reunidas porque mostram determinadas estruturas de produção semelhantes, padrões homogêneos de consumo e distribuição similar de força de trabalho, podendo refletir fatores geográficos como a onisciência de certos recursos naturais predominantes ou topografia e clima semelhantes. Podem também incluir variáveis não-econômicas como atitudes sociais uniformes, uma identidade regional ou concepção política semelhante.

Um critério plausível para a definição de regiões homogêneas é a similaridade de níveis por renda *per capita*. Esse critério pode ser valioso se aplicado dinamicamente e não estaticamente, acentuando a interdependência entre as medidas individuais no processo de desenvolvimento. De acordo com esse critério uma região se desenvolve e declina como uma entidade, ao contrário de serem as modificações na sua renda total, o resultado da influência de diversos fatores às vezes desequilibradores, sobre as atividades individuais localizadas em determinados pontos concretos dentro da região.

As regiões nodais ou polarizadas, a ênfase é colocada na interdependência dos diferentes componentes dentro da região e não nas relações inter-regionais entre regiões homogêneas, conforme salienta Richardson (1975). Como os laços funcionais entre as unidades espaciais são limitados pelo espaço, as regiões nodais geralmente levam em conta explicitamente o fator distância revelado, por exemplo, pelos modelos de potencial gravitacional. As regiões nodais se compõem de unidades heterogêneas, mas essas unidades estão intimamente relacionadas umas às outras funcionalmente.

As conexões funcionais são claramente visíveis nos fenômenos dos fluxos – de população, bens e serviços, comunicações e tráfego. Esses fluxos não ocorrem aleatoriamente dentro de uma região e muito menos com intensidades uniformes. Os fluxos mais importantes tendem a se concentrar, nas duas direções, em torno de um ou dois centros dominantes, geralmente grandes cidades. Nesse sentido, a região nodal concentra a atenção no lugar central que controla e polariza uma região ao invés de delimitar suas fronteiras. Sendo o alto grau de interdependência entre o núcleo e os elementos em torno da região como um todo. Os que defendem a abordagem nodal para definir a região acentuam os tipos particulares de organização espacial dentro da região, tais como as hierarquias dos centros urbanos, a cidade ou região metropolitana e as áreas de dominância metropolitana.

A região metropolitana é um tipo importante de região nodal, ao apresentar um ou mais centros de controle caracterizados por uma área urbana densamente povoada cercada por círculos externos em que a densidade da população e o grau de interação caem na razão direta da distância do centro e da distância das vias de transporte que irradiam do centro.

Uma terceira conceituação de região consiste na região de planejamento ou de programação, que pode ser definida em termos de coerência e unidade do que se refere ao processo de tomada de decisões. A implementação de uma política regional exige uma capacidade de atuação que, em muitos casos está na mão do poder governamental. É possível afirmar que as regiões precisam ser definidas como jurisdições políticas de vários tamanhos e níveis, pois, um sistema de programação deve suficientemente flexível para funcionar diante de jurisdições que se superpõem.

Entretanto, se as regiões de planejamento são definidas indiscriminadamente sem levar em consideração as relações funcionais entre as distintas unidades espaciais de modo que sejam incluídas na região de planejamento áreas que um grau mais elevado de

³ Richardson (1975).

interdependência com nódulos externos à região, então as decisões de planejamento podem tornar-se ineficazes. Mas a formulação de políticas também requer informação e dados estatísticos - na média devem ser colhidos com base regional, sem levar em consideração as sub-regiões componentes da região, a única alternativa válida, para fins de planejamento, são as regiões administrativas.

Segundo Clemente (1994), as mesorregiões são estabelecidas com base no conceito de organização espacial e são desmembradas em microrregiões. Elas são áreas individualizadas, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional.

Já as microrregiões resultam das subdivisões das mesorregiões em espaços que apresentam especificidades, basicamente relacionadas à produção. Entretanto, para efeito de delimitação das microrregiões, o conceito de estrutura de produção é abrangente, englobando além da produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

3.1. 2 Desenvolvimento Regional

Segundo Clemente (1994) um dos indicadores mais utilizados para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou um país é a renda *per capita*, entretanto esse procedimento pode apresentar algumas deficiências, principalmente quando não são atrelados a outros indicadores, como ao da distribuição de renda.

Uma análise abrangente do desenvolvimento requer que se considerem os aspectos econômico, social, político e cultural. Os fatores econômicos e sociais são costumeiramente considerados em conjunto, devido à grande dificuldade de separá-los de forma satisfatória e podem ser analisados como representantes do nível de vida da população.

O crescimento econômico, conforme alguns autores, citados por Clemente (1994) - dentre eles, Chamberlin, Robinson, Keynes, Kalecki e Domar - refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento à elevação do nível de vida da população. Primeiro é necessário observar que em condições normais a elevação do nível de vida da população somente é possível observar a partir da elevação do nível de renda da sociedade. Além do mais, se a elevação da renda não for superior ao crescimento demográfico, a sociedade como um todo estará empobrecendo e não seria adequado falar em desenvolvimento.

3.1.3 Teoria do Crescimento Regional

Segundo Clemente (1994), a Teoria do Crescimento Regional explica o processo de crescimento a partir da exportação de um produto de elevada cotação no comércio inter-regional ou internacional, o denominado *staple product* ou *staple export*. Fatores como solo, clima, jazidas minerais e recursos florestais permitem a exportação altamente rentável de um *staple*, com a criação de renda e demanda na região. A demanda interna inicialmente é atendida totalmente por importações de bens de consumo, mas aos poucos a dimensão do mercado passa a justificar mais e mais a produção regional dos produtos importados, desenvolvendo-se um processo de substituição de importações.

Ressalta ainda Clemente (1994) que a partir de certo nível de desenvolvimento da produção de bens de consumo, torna-se viável a produção de bens intermediários e de capital na própria região, consolidando-se o mercado interno. Nessa fase, o *staple* que no início fora

único sustentáculo e que apresentou importância declinante durante todo o processo, torna-se totalmente dispensável.

Em outra versão dessa teoria é relativizada a importância do *staple product* como condição inicial necessária, afirmando que os fatores que colocam em marcha o processo de desenvolvimento podem ser vários e pouco importantes isoladamente. A condição inicial necessária é apenas o surgimento da renda e demanda no interior da região em escala suficiente para que se torne viável a substituição de importações. Observa ainda a grande importância do comércio inter-regional no contexto dessa teoria. A renda regional no início do processo advém totalmente do comércio e a formação de uma dinâmica econômica interna à região se faz a partir da endogenização do comércio que atende a demanda regional de bens e serviços.

O desenvolvimento de uma região pode estimular o desenvolvimento das regiões vizinhas. Ao atingir certo nível de desenvolvimento, uma região começaria a experimentar pressão crescente sobre a oferta interna de matérias-primas e se tornaria necessário importá-las das regiões vizinhas. Como resultado, capital e recursos humanos qualificados migrariam para essas regiões, o que lhes proporcionariam o impulso inicial para também se desenvolverem. Dessa forma haveria uma difusão ou espraiamento do desenvolvimento a partir da região mais desenvolvida.

3.2 Os Aglomerados Corporativos

Depois de realizada a abordagem concernente ao desenvolvimento regional e à geografia econômica, mister se faz efetuar uma análise mais detalhada acerca do impacto causado pelos *clusters* no desenvolvimento da economia regional e, para que isso seja possível, passa-se a discorrer alguns pontos vitais a respeito dos aglomerados corporativos ou *clusters*.

Parece salutar afirmar que os *clusters*, apesar de transparecerem possuir uma evidência mais contemporânea, não são novidades para o meio acadêmico da economia e ciências afins. Nos meados do século XIX, os distritos industriais “marshallianos” já eram mencionados em suas obras. Perroux, Hirschman, Markussen e Becatini, demonstravam interesse pela geografia econômica e economia regional, a partir da década de 1950. Na economia neoclássica tradicional, Paul Krugman, também verteu empenho a respeito do tema, na chamada nova teoria do crescimento. Michael Porter, despendeu esforços a respeito dos aglomerados, enfocando a moderna gestão de empresas. Os evolucionistas, institucionalistas e neo-schumpeterianos também tiveram suas contribuições no papel da inovação tecnológica no desenvolvimento local.(idem) Merece também destaque a abordagem associativista, baseada na relevância na formação e acúmulo de capital social localizado (Santos, 2002).

Com respeito às denominações empregadas à terminologia “*cluster*”, podem ser observadas várias, tais como, aglomerado, arranjo produtivo, etc. Mais importante do que isso é que o *cluster* ou qualquer outra sinonímia utilizada, significa sim uma cadeia de união existente entre empresas de uma determinada localidade ou região cujo propósito é obter alguma vantagem competitiva frente ao seu mercado. Segundo Porter (1998:p.211), “*Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares*”. Outros autores ainda definem os *clusters* de forma semelhante à definição supra mencionada, no entanto, fazem a ressalva de que um *cluster* é sim um aglomerado de empresas, porém podendo ser também de ramos integralmente distintos, como fazem Altenburg e Meyer apud Telles (2002) . O escopo do presente trabalho não é o de mencionar várias definições existentes a respeito dos aglomerados, mas sim dissertar a respeito da

importância dos mesmos para o desenvolvimento da economia regional. Para tanto, toma-se como base a definição trazida por Porter, por se assemelhar às demais definições.

Um aglomerado pode tanto envolver empresas de pequeno quanto de grande porte, tanto de alto valor tecnológico, quanto de baixo. Faz-se evidente, entretanto, que quanto mais alto o nível tecnológico e o valor do investimento feito, maior é a proporção de desenvolvimento da localidade em que está o aglomerado inserido.

Os métodos de gestão de inventário baseados, por exemplo, no sistema *just-in-time*, bem como a nova vocação das empresas de estancarem o uso da integração vertical, mediante a terceirização de algumas tarefas, propiciam o desenvolvimento de empresas satélites que regionalmente se instalam próximas de seu mercado consumidor. Muitas vezes, tal fenômeno se inicia com uma grande empresa instalada isoladamente e, com seu considerável poder de barganha para com seus fornecedores, acaba por delinear uma nova geografia econômica da região onde se instalou, trazendo para perto de si, seus provedores. Com isso, empresas de menor porte que se utilizam dos mesmos insumos se vêem estrategicamente “obrigadas” a se instalarem próximas a estes fornecedores e, assim torna-se uma reação em cadeia (Porter, 1998).

É evidente que nem sempre esta é a fotografia que descreve o desenvolvimento de um *cluster* e, conseqüentemente, de sua região. Krugman, apud Telles (2002: p.24), advoga que

“[...] um aumento de produção agrícola e, portanto, da riqueza, poderia dar início a um movimento de acumulação, seguido de um processo de substituição de importações e de crescimento, atraindo mão-de-obra para a região e dando início a um processo circular de crescimento”.

Entretanto, vários podem ser os motivos, como por exemplo, a implementação de um negócio promissor realizado por um empreendedor de sucesso, que tem seu empreendimento genuíno imitado por um outro empreendedor da mesma localidade. Os empreendimentos logram êxito e outros empreendedores se arriscam e, vitoriosamente conseguem conquistar seu espaço também com resultado feliz, o que faz com que o fenômeno da aglomeração comece a tomar forma. Contudo, à luz dos ensinamentos de Porter (1998: p.224) “*Também é preciso que a competição evolua da imitação para a inovação e de baixos investimentos para altos investimentos, não apenas em ativos físicos, mas também em intangíveis, como habilidades e tecnologia*”. O fator, acesso barato e fácil aos insumos, pode contribuir também para o sucesso do aparecimento de um aglomerado produtivo. Enfim, como já ressaltado vários são os fatores contributivos para o surgimento de um *cluster*.

Para Meyer-Stamer (2001:p.15) existem fatores de localização objetivos e subjetivos que contribuem para a existência de um aglomerado. No pólo objetivo, encontram-se: posição geográfica em relação aos mercados de compra e venda; ligação a rede de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos); oferta de mão-de-obra (qualificada e adequada, nível salarial); disponibilidade de terrenos; custos com energia e meio ambiente; encargos municipais; vantagens financeiras oferecidas pela cidade ou estado (incentivos fiscais, subvenções, etc.). Figurando no pólo subjetivo, destacam-se: ambiente econômico da cidade e da região correspondente; imagem da cidade/região; contatos setoriais; universidades, instituições de pesquisa e tecnologia; perfil inovador da região; desempenho de associações comerciais e industriais; qualidade residencial e de seu entorno; qualidade do meio ambiente; qualidade as escolas e de outras instituições de formação; qualidade da infra-estrutura e qualidade e diversidade do lazer.

Todavia, temática mais emergente do que como pode se formar um *cluster*, é qual o respaldo que este aglomerado possui com relação as mais importantes instituições imprescindivelmente conexas a ele, tais como governo, universidades e outras instituições. Pois o incentivo destes atores para a promoção de um *cluster* é de extrema importância, haja

vista que, o governo auxilia com a disponibilidade de infra-estrutura, bem como com incentivos fiscais; as universidades contribuem para o processo de inovação e desenvolvimento dos arranjos produtivos e; outras instituições, tais como, as escolas de capacitação técnica, são de indiscutível importância para o êxito das empresas componentes do aglomerado no que tange ao seu capital humano.

3.2.1 Vantagem Competitiva e Produtividade nos Aglomerados

De acordo com os ensinamentos de Porter (1998:225),

“Os aglomerados influenciam a competição de três maneiras amplas: primeiro, pelo aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; segundo, pelo fortalecimento da capacidade de inovação e, em consequência, pela elevação da produtividade; terceiro, pelo estímulo à formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado”.

Dessa forma, passa-se a dar uma atenção especial a cada uma das maneiras.

A produtividade é a bandeira primordial para o sucesso de um *cluster*, pois a localização de uma empresa no bojo de um aglomerado favorece o acesso barato aos insumos especializados sendo por conta, por exemplo, da alta qualidade apresentada, do custo mais baixo de mão-de-obra, matéria-prima, etc., gerando, com isso, uma economia em escala. As empresas inseridas em um *cluster* tendem a deixar de lado a estratégia da integração vertical, para “delegar” tarefas às terceirizadas, com isso, fatalmente todas elas especializam seu parque produtivo e, se especializando, conseguem produzir mais e barato, angariando, portanto, uma vantagem competitiva. Um outro fator preponderante é o inerente à mão-de-obra especializada e barata, pois um aglomerado produtivo, tende a atrair pessoas e, com isso, mais uma vantagem competitiva se instala. Costa (2004:p.6) afirma “*Dentro do aglomerado, a divisão do trabalho entre as empresas permite que o processo produtivo ganhe flexibilidade e eficiência, já que as empresas são obrigadas a desenvolverem competências específicas*”.

É evidente, no entanto, que há a necessidade latente de se ter centros de treinamento e capacitação dessa mão-de-obra, papel este, que geralmente é desempenhado pelo governo em parceria com a iniciativa privada, sobretudo, nos países subdesenvolvidos. Os incentivos fiscais são também elementos que consubstanciam a vantagem competitiva dos *clusters*, vez que, uma vez concedidos, as empresas podem produzir mais barato seus produtos. Porém, somente serão concedidos se realmente o desenvolvimento regional proporcionado por aquele aglomerado for significativo para a economia.

A inovação também pode contribuir para o sucesso de novos lançamentos e adoção de tecnologias que incrementam a produtividade; pois é com a inovação que as empresas albergadas em arranjos produtivos, logram melhorias no *modus operandi* dos seus processos produtivos, bem como promovem o desenvolvimento de seus produtos e elevam a produtividade empresarial. Conforme menciona Telles (2002: p.28), “*Os estudos sobre o processo inovativo constataram que este, de fato, não ocorre através dos métodos formais de P&D, mas através das atividades de produção, consumo e principalmente da interação entre vários agentes*”. No mesmo sentido, Porter (1998: p.234), afirma “*Frequentemente, as empresas, dentro de um aglomerado, são capazes de perceber com maior clareza e rapidez as novas necessidades dos compradores[...]*”, e complementa “*A participação nos aglomerados também oferece vantagens na percepção de novas possibilidades tecnológicas, operacionais ou de distribuição*”.

Faz-se perceptível a facilidade que as empresas, instituídas sob a égide de um aglomerado, possuem de ter acesso à inovação, pois seus fornecedores estão próximos, o que

respalda as necessidades e desejos técnicos advindos do processo de inovação. Ao contrário do que ocorreria se estes fornecedores estivessem distantes, pois tal flexibilidade já seria tolhida, não obstante, também distintamente do que ocorreria com as empresas que adotam a integração vertical na sua cadeia de suprimentos, pois a falta de especificidade corroborada à ausência de capital, torna-se um empecilho ao processo de inovação.

O acesso fácil à informação é um outro fator que consagra o aparecimento da inovação de forma mais acentuada nos conglomerados, trazendo como elemento subjacente a vantagem competitiva perante a concorrência tida isoladamente.

O estímulo à formação de novas empresas é outro ponto essencial ao sucesso dos arranjos produtivos. A instigação por parte das entidades governamentais mediante o fomento de empresas que desejam adentrar ao arranjo produtivo, sejam como “atores da mesma peça”, sejam como fornecedoras de insumos, imprime importância robusta, pois é através da injeção de “sangue novo” na força produtiva, é que o *cluster* garante seu sucesso mediante a predominância da vantagem competitiva. Além disso, as empresas, independentes dos incentivos governamentais, buscam naturalmente os pólos industriais regionais por apresentarem várias vantagens, pois inauguralmente o próprio aglomerado já sinaliza uma oportunidade, não obstante, os *clusters* propiciam maiores incentivos à entrada por conta do fácil acesso à informação.

3.2.2 Desenvolvimento do Aglomerado

Contudo, o desenvolvimento de um *cluster* depende muito da maturidade econômica e educacional da região na qual está incutido, pois se estiver concentrado em uma região com alto índice de desenvolvimento econômico e educacional a possibilidade de êxito é certamente alta, à contrapartida do que ocorre com *clusters* ou formação de *clusters* em economias e áreas educacionais não muito desenvolvidas. À luz dos ensinamentos de Porter (1998: p.245),

“O desenvolvimento de aglomerados que funcionem bem é um dos passos essenciais na evolução de uma economia avançada. Nas economias em desenvolvimento, a formação dos conglomerados é inibida pelo baixo nível de educação e de qualificação do pessoal local, pelas deficiências tecnológicas, pela falta de acesso ao capital e pelo subdesenvolvimento das instituições”.

Dessa maneira, muitas vezes quando a formação do conglomerado em si deveria se tornar um fator de desenvolvimento da economia local, pela precariedade e subdesenvolvimento da mesma, o efeito é reverso e, diante deste quadro, ao invés do efetivo desenvolvimento regional ocorre a morte prematura do que deveria ser um arranjo produtivo de sucesso.

Assim sendo, nem sempre o surgimento de um *cluster* vai garantir o desenvolvimento regional, se tal região não oferecer o mínimo de suporte a estas empresas. Portanto, parece lúcido afirmar que nos casos de uma vocação regional para formação de aglomerados, sobretudo, em uma economia subdesenvolvida, o papel atuante do governo na assistência as empresas incipientes é de indiscutível importância. Todavia, o fato de ser difícil aos países de economia frágil a promoção dos aglomerados produtivos, não significa que isso seja impossível. Ainda parafraseando Porter (1998: p. 248),

“Para permitir que uma localidade se torne mais produtiva, desenvolva a capacidade local de melhorar produtos e processo e, em última instância, promova a inovação, é fundamental que, gradualmente se desenvolvam os aglomerados. Do contrário, não será possível contrabalancear a tendência natural de aumento dos

custos locais ao longo do tempo; e outras localidades, com custos dos fatores mais baixos ou com maiores subsídios, assumirão a produção”.

A partir do momento em que o aglomerado começa a ganhar espaço e atuação, sua influência sobre as demais instituições, sejam elas públicas ou privadas, aumenta significativamente e, com isso, as políticas governamentais passam a ser enviesadas por esta institucionalização dos aglomerados. Dessa maneira, com efeito, todos os pontos não contributivos ao desenvolvimento dos arranjos produtivos são reprimidos à medida que o poderio de atuação dos mesmos, se torna significativo.

Neste instante em que ocorre a definitiva institucionalização do aglomerado, é que ele começa a interferir eminentemente na geografia econômica da localização na qual está inculido. Logo, todo o espaço tomado começa a ter repercussão nacional, senão mundial, trabalhando como uma orquestra produtiva, cujo propósito geográfico é o desenvolvimento.

3.2.3 Pontos Peculiares Sobre os Aglomerados

Os aglomerados, não obstante os fatores já mencionados, atraem pessoas com perfil empreendedor de vários pontos do país, senão do globo. Este perfil contribui para o desenvolvimento pleno daquela localidade sem falar na contribuição tecnológica que isso proporciona. A forte rede de contato existente entre os atores favorece o desenvolvimento tecnológico mediante a antecipação de tendências. Com isso, a geração de emprego (como mão-de-obra especializada) e renda se tornam efetivos e, portanto, o enriquecimento regional se torna real, potencializando a probabilidade da geração de mais riquezas e, assim sendo, a eclosão de mais desenvolvimento.

As vendas em um *cluster* ocorrem quase que naturalmente, tendo vista que os clientes se endereçam para lá sabedores de que encontrarão um rol consideravelmente grande de variedades sendo ofertado. A ocorrência de uma constante rivalidade entre as empresas componentes destes aglomerados faz com que a competitividade floresça através da qualidade tanto no atendimento quanto no produto e, ainda, na busca contínua pela inovação.

No entanto, se não forem asseguradas condições necessárias para o contínuo desenvolvimento e promoção dos arranjos produtivos, fatalmente a decadência baterá à porta dos mesmos, retraindo a tendência de crescimento econômico regional. Para Porter (1998: p.258)

“As fontes internas do declínio decorrem de inflexibilidades internas que comprometem a produtividade e a inovação. O advento de regras sindicais restritivas ou de entraves regulamentários desacelera a melhoria da produtividade. O excesso de fusões e incorporações, os entendimentos mútuos, os cartéis e outras barreiras à competição solapam a rivalidade local. Instituições como escolas e universidades padecem das próprias inflexibilidades e não conseguem trilhar os caminhos do aprimoramento e da mudança”.

Para se evitar o amargo de uma derrocada econômica dos aglomerados e, conseqüentemente, da região econômica na qual estão inseridos, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias eficazes de localização. Para Meyer-Stamer (2001:p.10)

“Os componentes essenciais de uma estratégia de localização são evidentes”:

- Cursos de formação e atualização, ministrados em conjunto, para administradores, técnicos e operários, visando a aprendizagem de novos métodos organizacionais (descentralização de responsabilidades para melhorar a produtividade / qualidade, flexibilidade e rapidez nas decisões, etc.);

- Concentração das empresas em sua competência-chave, ou seja, redução da integração vertical, combinada, se possível, com o desenvolvimento dos fornecedores.
- Organização de processos de aprendizagem entre as empresas (exemplo: criação de núcleos de engenheiros ou diretores de certos departamentos).
- Criação de instituições para formação e treinamento nos níveis secundário e superior, bem como de cursos voltados para problemas e demandas de empresas locais.
- Criação de instituições de tecnologia, responsáveis por testes de materiais de produtos finais e semi-acabados, bem como por certificações; eventualmente, para a difusão de inovações de produtos em desenvolvimento, máquinas, equipamentos e de concepções administrativas (a demanda por pesquisa e desenvolvimento, no sentido estrito, geralmente é pequena).
- Criação de instituições em áreas como pesquisa de mercado, design e informações para exportação”.

Parece oportuno ressaltar que, talvez, não necessariamente a observação severa destes itens acima arrolados, garanta integralmente o sucesso pleno e infinito de um aglomerado, pois cada caso é um caso e, portanto, merece um exame particular. Contudo, a prudência na manutenção do desenvolvimento econômico regional através de um aglomerado, clama por, pelo menos, respeito a estes itens supra mencionados, vez que podem, de uma forma geral, serem aplicados a todo e qualquer tipo de *cluster*.

3.3 Os Arranjos Produtivos Locais (APL's)

Para que a aceção inerente aos arranjos produtivos locais seja, quiçá, mais condizente com os moldes brasileiros e, portanto, poder este artigo atingir seu objetivo de maneira mais efetiva, o conceito de arranjo produtivo a ser utilizado será o do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (MDIC:2004) em que pelo Termo de Referência elaborado pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) ressalta que um APL tem a seguinte caracterização: a) ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; e b) que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas. Na definição utilizada pelo SEBRAE os Arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa. Villaschi Filho e Pinto, apud Spínola (2002) chamam a atenção para a diferença entre arranjo produtivo local e *cluster*. Para os referidos autores, o arranjo produtivo busca caracterizar atores, não necessariamente empresariais e delimitados espacialmente. Estes integram de forma cooperativa, em raios de atuação distintos (público/privada; empresarial/de pesquisa), com autonomia na busca de conexões voltadas ao aprendizado que levam à inovação, fator determinante para sustentar a competitividade da firma no longo prazo. Para Spínola (2002) tanto o *cluster* quanto o arranjo dão significativa importância à capacitação social, ao nível de educação disponível na comunidade e à cooperação com centros de ensino. No arranjo são valorizados os papéis desempenhados pelas instituições de coordenação, enquanto que no *cluster* essa atividade não recebe devida atenção, atendo-se na questão da aglomeração de empresas do mesmo setor de atividade no local.

As aglomerações de unidades produtivas de um mesmo setor da economia em uma delimitada e definida parcela do território podem ocorrer devido a fatores naturais, econômicos e políticos, conforme salienta Spínola (2002). Uma vez existindo o aglomerado,

suas unidades produtivas passam a usufruir de economias externas, capazes de acelerar e promover o entrosamento de determinantes do desenvolvimento dos arranjos produtivos. Por mais aviltante que sejam as interações entre as empresas de determinado setor, em determinada região geográfica em que atuam, acabarão por interagir. Dessa interação resulta sempre em algum grau de interdependência na tomada de decisões, especialmente em empresas que dá identidade ao arranjo, sua rede de fornecedores e seus clientes. Deste modo pode ocorrer que a atuação em conjunto dos setores público e privado possa acelerar o processo de desenvolvimento dos arranjos produtivos.

No Brasil têm ocorrido algumas iniciativas para se fomentar os arranjos produtivos locais. Há de se destacar as ações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do SEBRAE Nacional, as pesquisas realizadas pelo IPARDES no Paraná.

4 Metodologia

No que tange à metodologia, o presente artigo se constituiu, essencialmente por uma pesquisa bibliográfica, a qual foi focada na literatura que versa sobre arranjos produtivos locais e economia regional.

A pesquisa bibliográfica realizada foi do tipo descritivo-exploratória, pois o que se pretende é descrever e compreender o fenômeno estudado que, no caso, são as influências dos arranjos produtivos locais no desenvolvimento da economia regional. Para Trivinos (1987): “...os estudos descritivos pretendem descrever com exatidão as fatos e fenômenos de determinada realidade”. Além disso, para o mesmo autor “...os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”.

A pesquisa tem natureza qualitativa, pois procura entender as múltiplas visões dos estudiosos a respeito da temática proposta. Da mesma maneira Richardson (1999, p.90), com relação à pesquisa qualitativa, ensina que “...pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Com relação à abordagem adotada, trata-se de pesquisa Positivista, a qual de acordo com Burrell e Morgan (1979) “procura explicar e prever o que acontece no mundo social pelo método de pesquisa e pela relação causal entre os elementos constituintes”.

No mesmo sentido, Trivinos (1987, p. 34), “...busca de explicação dos fenômenos através das relações dos mesmos e a exaltação da observação dos fatos, mas resulta evidente que para ligar os fatos existe necessidade de uma teoria”.

Finalmente, com relação ao corte, a pesquisa será transversal, na qual de acordo com Richardson (1999, p.148): “...os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em um amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento”.

5 Considerações Finais

Ao ser estabelecido o conceito de Arranjos Produtivos Locais percebe-se a importância deste para a aceleração e o fortalecimento do desenvolvimento de uma região. Quando se tem diversas empresas, atuantes de um mesmo setor, concentradas em uma massa territorial reduzida e próxima uma das outras, e que através dessa proximidade elas possam descobrir a vantagem da atuação conjunta, ao invés da pura e simples concorrência entre si. Podem aumentar e fortalecer significativamente a sua participação de mercado, além de abrir espaços para a exploração de outros mercados, chegando até a exportação de seus produtos, além da criação de novas oportunidades de trabalho para os moradores de determinada região.

Para consolidar espaços econômicos que desenvolvem atividades similares, ou dependendo do caso, como ocorre no modelo italiano, em que diversas empresas se especializam em várias etapas de um processo de produção e finalizando o produto como se fosse apenas uma empresa. Como no caso da indústria de calçados, se uma empresa se especializasse em desenvolver tipos de solados, outra, no beneficiamento do couro, outra empresa, se tornasse a montadora dos produtos, enfim, realizando partes do processo para entregar um produto final com maior qualidade e maior valor agregado.

Mas para se chegar nesse patamar é preciso envolvimento e participação da sociedade, tendo no poder público como aquele que pode liderar todo esse processo. Que não se detenha apenas no fornecimento de recursos financeiros, mas liderando políticas realistas e inovadoras que possam fomentar o crescimento e o desenvolvimento das mais diversas regiões do Brasil.

Quando são analisadas determinadas regiões, cidades ou mesorregiões do Brasil pode-se detectar alguns setores da economia que tem maiores probabilidades de se consolidar perante o mercado. Devido ao seu alto grau de especialidade, seja pelo agrupamento natural de empresas daquele setor na região, seja pelo agrupamento planejado ou provocado por iniciativa das autoridades e instituições locais. Pode ocorrer também a região ser propícia para determinado tipo de atividade, ganhando vantagem competitiva. Como ocorre no pólo moveleiro de Arapongas, a indústria de confecções de bonés de Apucarana, a indústria de confecções de Cianorte, no pólo de produção de frutas, no Vale do Rio São Francisco, na Bahia e Pernambuco, entre outros. É como se despertasse uma vocação para aquela região, devido a sua especialização e profundo conhecimento no setor da economia em que são desenvolvidos durante os trabalhos.

Sem embargo, os Arranjos Produtivos Locais não devem ater-se apenas na atividade industrial, como de fato ocorre em alguns Arranjos Produtivos Locais em que o SEBRAE atua, que exploram atividades da agricultura, pecuária e turismo, e também explorar o setor de serviços. Pode-se explorar além do Turismo, setores como o de gastronomia, serviços médicos, realização de eventos, produção cultural, entre outros. Esses setores que poderiam ser explorados na própria cidade de Londrina.

Diante disso, uma região pode ainda despertar o desenvolvimento de um novo mercado em função da incidência de uma crise no mercado já existente, como por exemplo, pode-se citar a cidade de Tabatinga no interior do Estado de São Paulo, onde uma grande crise econômica no setor citrícola da região fomentou o desenvolvimento de um promissor arranjo produtivo local de bichos de pelúcia, ainda que incipiente. Tal arranjo produtivo local modifica constantemente a geografia econômica da região, promovendo seu desenvolvimento.

Existem muitas oportunidades que podem ser exploradas em diversos setores da economia. Às vezes, o processo se dá naturalmente através do espírito empreendedor de algum indivíduo, que ao abrir uma empresa em determinado ramo de negócio e esta empresa se torna um caso de sucesso. Muitas vezes seu exemplo é seguido por outras pessoas, ao tentar obter o mesmo sucesso naquele ramo de negócio. Assim pode acontecer no setor de confecções, na indústria moveleira, no setor de gastronomia, entre outros, ao tornar o Arranjo Produtivo Local uma locomotiva para liderar o desenvolvimento e crescimento de uma região. Ainda há muito espaço para atuação, tanto de empresários, bem como de pesquisadores sobre esse mesmo tema que tem muito a ser explorado, sobretudo, através da inovação e criatividade que podem ser proporcionados pelos aglomerados de empresas.

6 Bibliografia

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Características Estruturais das Aglomerações Produtivas Periféricas**. IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia – MG, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba : IPARDES, 2003.

JUDICE, Valéria M.M. ; BAETA, Adelaide Maria Coelho. **Clusters em Bio-indústria e Biotecnologia em Minas Gerais – Habitats Construídos de Inovação, Competitividade e Desenvolvimento Regional**. Belo Horizonte – MG.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Editora Nobel, 1999.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

PORTER, Micahel E. **Competição – On Competition – Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

SANTOS, Valdeci Monteiro. **Notas Conceituais Sobre Abordagem de Clusters Produtivos**. Espaço Acadêmico, 2002. Site: <http://www.espacoacademico.com.br/027/27csantos.htm>

SOARES, Alcides Ribeiro. **Princípios de Economia Política: Uma Introdução à Leitura de O Capital**. São Paulo: Editora Parma.

SPINOLA, Vera. **Potencial exportador e política pública para uma evolução virtuosa: a indústria de rochas ornamentais da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

STAMER, Jörg Meyer. **Estratégia de Desenvolvimento Local e Regional: Cluster, Política de Localização e Competitividade Sistêmica**. Policy Paper, 2001. Site: <http://www.fes.org.br>

TELLES, Luciana Oliveira. **Clusters e a Indústria Ligada à Saúde em Ribeirão Preto**. FEA/USP, São Paulo, 2002.

www.desenvolvimento.gov.br **Arranjos Produtivos Locais**, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP).site consultado em 21/12/2004.

www.espacoacademico.com.br/027/27esantos.htm - **Notas Conceituais Sobre Abordagem de Clusters Produtivos**. Valdeci Monteiro dos Santos. Site consultado em 09/12/2004.

www.sebrae.com.br **Arranjos Produtivos Locais**, Sebrae, site consultado no dia 27/12/2004.